

PMs relatam a Moraes que ação contra protestos é feita de maneira lenta e gradual

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS



Autoridades policiais estiveram reunidas na sede do TSE, em Brasília, com o presidente da Corte, Alexandre de Moraes

PMs relatam que ação contra protestos é lenta e gradual

HUMBERTO TREZZI

humberto.trezzi@zerohora.com.br

A pauta oficial do encontro de comandantes das PMs de todo o Brasil com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, era o balanço das ações de segurança relativas às eleições. Mas o tema principal da reunião, realizada ontem em Brasília, foram os protestos que apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL) vêm realizando para tentar impedir a posse do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

As manifestações, que incluem atos considerados antidemocráticos e bloqueios de vias próximas a quartéis do Exército e de estradas, estão centradas em apelos para que as Forças Armadas impeçam Lula de governar e apliquem um golpe de Estado.

Moraes considera que os protestos são inconstitucionais – porque pregam que um eleito não tome posse – e por isso determinou que sejam dissolvidos. Isso tem sido feito, lenta e gradualmente, explicaram os coronéis das PMs.

Todos tiveram oportunidade de falar no encontro, realizado na sede do TSE. Inclusive os oficiais de governos aliados politicamente a Bolsonaro, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Representantes de outros dois Estados

governados por simpatizantes de Bolsonaro, Paraná e Santa Catarina, não aceitaram o convite de Moraes e não apareceram, além do comandante da PM do Rio Grande do Norte, que está com covid-19. Os demais estavam lá.

O primeiro a falar foi o comandante da PM da Bahia e presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais, coronel Paulo Coutinho. Ele afirmou que o encontro serve para reforçar a maturidade institucional no país. E criticou os bloqueios de estradas.

BM

Já o comandante da Brigada Militar no RS, coronel Cláudio Feoli, foi o quarto a relatar a situação. Conforme antecipado por ZH, a BM optou por cumprir as ordens de Moraes de forma a evitar traumas. A palavra de ordem é diplomacia. Todos os bloqueios nas estradas foram desfeitos sem necessidade de uso da força. A exceção aconteceu em Novo Hamburgo, mas por parte da PRF, que usou tropa de choque para remover piquete que impedia o tráfego de veículos por horas na BR-116, logo depois das eleições. Atualmente, não há bloqueios de rodovias no Rio Grande do Sul.

As manifestações próximas a quartéis do Exército têm sido desestimuladas, mas os ativistas não são removidos à força.

Uma das táticas é impedir o uso de caminhões de som e a colocação de banheiros químicos.

– Como muitos manifestantes são idosos, o diálogo é a palavra de ordem – resume Feoli.

Parece ter funcionado, tanto que o número de manifestantes diminuiu cerca de cem vezes em relação aos primeiros dias pós-eleição, calcula a BM. Moraes respondeu a Feoli que entende perfeitamente a situação. E até recordou episódio em que, quando era secretário da Segurança Pública de São Paulo, teve de mandar retirar pessoas que tinham ocupado escolas. Apesar da determinação judicial nesse sentido, a ordem foi cumprida aos poucos, após muita negociação.

Alguns comandantes de PMs relataram dificuldades de desmanchar piquetes em estradas, sobretudo no Centro-Oeste. E, seguindo o conselho de Feoli, recomendaram diplomacia. A reunião terminou após o relato de cada um. Moraes anunciou a concessão, ao colegiado dos comandantes de PMS, da medalha da Ordem do Mérito do TSE e agradeceu os esforços, que ele considerou “bem-sucedidos” durante e após as eleições.

Transição

No mesmo dia, o grupo técnico de segurança do gabinete de transição do presidente eleito, Luiz

Inácio Lula da Silva (PT), se reuniu com alguns secretários estaduais de Segurança e comandantes de PMs. Porém, para tratar de outro tema: orçamento. Conforme os relatos feitos ao time de transição, há problemas nesse sentido e seriam necessários cerca de R\$ 200 milhões extras em recursos para a área ainda em 2022.

Houve referência, por exemplo, ao projeto Guardiões das Fronteiras, que é aplicado em 16 mil quilômetros fronteiriços, e segundo titulares das pastas nos Estados, o Ministério da Justiça suspendeu o pagamento de diárias no programa. Da mesma forma, repasses para secretarias penitenciárias estariam sob risco de contingenciamento neste ano. Titular da Secretaria de Segurança do governo do RS, Vanius Santarosa participou do encontro.

Cotado para ocupar o Ministério da Justiça e integrante do gabinete de transição, o senador eleito Flávio Dino (PSB-MA) também destacou preocupação com cortes no orçamento para 2023.

– O cenário para 2023 é ainda mais desafiador, não somente para as categorias envolvidas, mas também na prestação de serviços ao cidadão – declarou Dino.

O Ministério da Justiça foi procurado para dar a sua versão sobre o tema, mas não havia se manifestado até o fechamento desta edição.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Eleições Presidenciais **Página:** 10